

## ENSINO MÉDIO INTEGRAL E TRABALHO DOCENTE: A PRODUÇÃO CIENTÍFICA EM REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS

*HIGH SCHOOL AND TEACHING: SCIENTIFIC PRODUCTION IN INSTITUTIONAL SOURCES*

*BACHILLERATO INTEGRAL Y TRABAJO DOCENTE: LA PRODUCCIÓN CIENTÍFICA EN FUENTES INSTITUCIONALES*

LIMA, Thamyras Fernanda Cândido de <sup>1</sup>

SILVA, Katharine Ninive Pinto<sup>2</sup>

### RESUMO

Neste artigo, apresentamos um levantamento da produção acadêmico-científica no campo de pesquisa sobre o ensino médio integral e suas repercussões sobre o trabalho docente. Como procedimentos metodológicos este trabalho pode ser definido como uma pesquisa de natureza qualitativa e do tipo bibliográfica. Os resultados indicam que existe um processo de precarização do trabalho docente no Brasil, caracterizando-se pela desqualificação e desvalorização docente, degradação das condições de trabalho, aumento da jornada e da flexibilização nas formas de contratação, fruto da adoção de políticas de cunho neoliberal, combinada à reestruturação produtiva do capital.

**Palavras-chave:** Ensino Médio Integral; Intensificação; Precarização; Trabalho docente.

### ABSTRACT

In this article, we present an academic-scientific production survey in the research field of high school and its repercussions on teaching work. As methodological procedures, this work can be defined as a qualitative and bibliographical research. The results indicate that there is a process of precariousness of teaching work in Brazil, characterized by disqualification and devaluation of teachers, degradation of working conditions, increased working hours and flexibility in the forms of hiring, this, as a result of the adoption of neoliberal policies, combined with the restructuring capital productivity.

**Keywords:** Integral High School; Intensification; Precarization; Teacher's work.

### RESUMEN

En este artículo, presentamos un levantamiento de la producción académica-científica en el campo de la investigación sobre el bachillerato y sus repercusiones sobre el trabajo docente. Como procedimientos metodológicos este trabajo puede ser definido como una investigación de naturaleza cualitativa, y del tipo bibliográfica. Los resultados indican que existe un proceso de precarización del trabajo docente en Brasil, caracterizándose por la descalificación y la desvalorización docente, degradación de las condiciones de trabajo, aumento de la jornada de trabajo y de la flexibilización en las formas de contratación, fruto de la adopción de políticas de sello neoliberal, combinado a la reestructuración productiva del capital.

**Palabras clave:** Bachillerato Integral; Intensificación; Precarización; Trabajo docente.

<sup>1</sup> Universidade Federal de Pernambuco – UFPE – Recife – Pernambuco – Brasil.

<sup>2</sup> Universidade Federal de Pernambuco – UFPE – Caruaru – Pernambuco – Brasil.

## INTRODUÇÃO

As reflexões aqui apresentadas são provenientes dos resultados obtidos em uma pesquisa desenvolvida no Mestrado em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu), da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), intitulada: Ensino Médio Integral ou Integrado e a Gestão por Resultados: entre a mercadorização do ensino e a educação pública de qualidade.

O objetivo deste artigo é apresentar um levantamento bibliográfico da produção acadêmico-científica sobre o ensino médio integral e suas repercussões sobre o trabalho docente, contribuindo com um panorama geral deste campo de pesquisa. Dessa forma, apresentamos os resultados sobre o tema em questão, sobretudo considerando o contexto da Política de Ensino Médio Integral em Pernambuco.

Em 2008, foi instituído o Programa de Educação Integral (PEI), através da Lei Complementar nº 125, fundamentado na ideia de minimização da crise educacional diante dos resultados das avaliações externas e em busca da melhoria da qualidade da educação no Ensino Médio, acesso à qualificação profissional e a inclusão social dos estudantes. O contexto de sua implementação refere-se a uma investida internacional em reformas neoliberais do Estado. Diante deste contexto, segundo Silva e Silva (2014), a Rede Estadual de Pernambuco vem investindo em uma Política de *Accountability*<sup>3</sup> (responsabilização), centrada na perspectiva da qualidade total medida por meio dos indicadores de resultados. O modelo de gestão adotado tem como pressuposto a gestão privada que, conforme Dutra (2014), se traduzem a partir da metodologia TEAR - Tecnologia Empresarial Odebrecht, tendo como referência principal a sua aplicação nas Escolas de Referência em Ensino Médio do Estado de Pernambuco (EREMs) e nas Escolas Técnicas Estaduais (ETEs).

Metodologicamente este trabalho pode ser definido como uma pesquisa de natureza qualitativa e do tipo bibliográfica que, segundo Gil (2008), é desenvolvido a partir de material já elaborado, constituído de livros e artigos científicos. Utilizamos as produções indexadas nas bases: repositório BDTD (Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações), Banco de Teses e Dissertações Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e no Repositório da UFPE, focando os trabalhos desenvolvidos no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu) e Educação Contemporânea (PPGEduC); através dos descritores: Ensino Médio; Ensino Médio Integral; Trabalho Docente; Precarização e Intensificação e o recorte temporal de 2008 até 2018.

Além dessa introdução, o artigo divide-se em divide-se em cinco seções. Na primeira expõe algumas considerações sobre o Programa de Educação Integral adotado no Estado de Pernambuco. A segunda seção apresenta o levantamento da produção científica, na terceira aborda às análises realizadas em torno do trabalho docente e do ensino médio, na quarta destaca-se a relação entre o ensino médio integral e o trabalho docente e a última seção que versa sobre as especificidades do ensino médio integral no Estado de Pernambuco. Por fim, anunciamos as considerações finais.

---

<sup>3</sup>*Accountability* é um vocábulo da língua inglesa que significa responsabilização e prestação de contas. Além disso, é importante frisar que o vocábulo apresenta alguma instabilidade semântica porque corresponde a um conceito com significados e amplitudes plurais. Para compreender melhor essa discussão ver Afonso (2010).

## O PROGRAMA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL EM PERNAMBUCO: ALGUMAS NOTAS

O debate sobre a inserção da educação integral no pensamento educacional brasileiro tem raízes no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova publicado em 1932. É um tema antigo e recorrente na história das ideias pedagógicas, utilizado a partir de matrizes político-ideológicas diferentes devido ao surgimento de múltiplas experiências na realidade educativa.

Frente às discussões sobre reformas educacionais e a ampliação da agenda de educação integral, situa-se o Estado de Pernambuco e o Programa de Educação Integral (PEI) criado em 2008 pelo governo de Eduardo Campos, que objetivou reestruturar o Ensino Médio buscando a melhoria da qualidade da educação. Para isso contou com o reordenamento da rede estadual, criando as Escolas de Referência em Ensino Médio (EREMs) e as Escolas Técnicas Estaduais (ETEs) (PERNAMBUCO, 2008).

Essa proposta vem sendo fortemente ampliada através de investimentos do governo do Estado que, para consolidar esses avanços, conta desde 2009 com a atuação da Secretaria Executiva de Educação Profissional, que é responsável por formular, programar, acompanhar e avaliar as políticas estaduais de educação profissional em nível técnico. Desde 2017, Pernambuco já contava com uma rede ampla de instituições que oferecem educação integral, profissional, gratuita, com diversas habilitações e atualmente, segundo Dutra e Souza (2020) o Estado se destaca com a maior rede de educação integral do país disponibilizando 392 EREM e 46 ETEs.

No entanto, a proposta adotada, compõe ações que reforçam a perspectiva de formação da juventude como mão de obra minimamente preparada para servir aos interesses do mercado, sobre isso, Oliveira (2018, p. 82) afirma que o Estado, “ao promover a formação de um contingente de jovens de forma aligeirada, assegura apenas o domínio da qualificação básica e necessária à realização de tarefas com baixo teor científico”, necessárias ao processo de manutenção e reprodução do Capital.

De acordo com Benittes (2014), a Política de Ensino Médio em Pernambuco prevê o estabelecimento de mediações que trazem um viés favorável à adaptação dos perfis formativos dos jovens a crescente desqualificação do trabalho, mediante uma reestruturação administrativa centrada no gerencialismo e no *accountability* e de uma proposta curricular baseada na pedagogia das competências para a empregabilidade. Corroborando com a autora, Ribeiro e Chaves (2012, p.9) afirmam que “esse modelo de gestão vinculado à lógica de mercado respalda formas de avaliação com vistas ao controle de resultados e comparação de produção com o estabelecimento de ranques, por meio de divulgação pública de resultados alcançados”.

No que concerne ao trabalho docente, é preciso chamar atenção que as reformas empreendidas no âmbito dessas políticas educacionais, fruto das metamorfoses do mundo do trabalho, assumem aspectos que introduzem na rotina docente um conjunto de tensões políticas, institucionais, sociais e econômicas que, segundo Oliveira (2021, p. 262) geram um “modelo de autonomia que [...] está fundamentado em maior responsabilização dos envolvidos, que cada vez mais têm de responder pelo resultado de seu trabalho” e ecoam no cenário da gestão escolar que trabalha na perspectiva da responsabilização dos mesmos. Dessa forma, a responsabilidade pelos

resultados obtidos é transferida para as unidades escolares e para os trabalhadores da educação (professores, equipe gestora e comunidade escolar), o que desresponsabiliza o Estado, como se as políticas governamentais não estivessem diretamente atreladas aos resultados obtidos.

Além disso, há uma procura por aplicar modelos de gestão empresarial no âmbito escolar, onde a racionalidade técnica e o competitivismo tornaram-se as palavras de ordem na definição das políticas públicas para educação no país (KRAWCZYK, 2014). Segundo essa questão, Silva e Silva (2016), afirmam que a implementação de uma educação gerencialista, baseada na meritocracia, está fadada ao fracasso. Sobretudo em função das opções estratégicas de bonificação por desempenho que, além dos efeitos perversos que gera para a formação de novas gerações, constrói um processo gradual de internalização da exclusão, contribuindo para a precarização e intensificação do trabalho docente. A exigência é que a gestão fundamentada nos princípios de eficiência, eficácia e efetividade alcance o paradigma de gestão de qualidade, tendo reconhecimento público por meio da política de premiação e bonificação.

No próximo tópico apresentamos os trabalhos selecionados nas bases de dados para compor este levantamento, bem como o referencial teórico que serviu de embasamento para as análises que foram realizadas.

## LEVANTAMENTO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA

Analisando as orientações teórico-metodológicas na produção escrita sobre trabalho docente, Mancebo (2007) identificou que cinco temas são recorrentes no que tange à produção científica, sendo eles: precarização do trabalho docente, intensificação do regime de trabalho, flexibilização do trabalho, descentralização gerencial e sistemas avaliativos.

A precarização do trabalho docente é o tema mais recorrente. Podendo ser entendido como referente “à baixa remuneração; à desqualificação e fragmentação do trabalho do professor; à perda real e simbólica de espaços de reconhecimento social; à heteronomia crescente e ao controle do professor em relação ao seu trabalho” (MANCEBO, 2007, p. 40). A intensificação do regime de trabalho diz respeito às “problematizações das mudanças ocorridas na jornada de trabalho de ordem intensiva (aceleração na produção num mesmo intervalo de tempo) e extensiva (maior tempo dedicado ao trabalho)” (MANCEBO, 2007, p. 40).

Já a flexibilização do trabalho aparece na literatura sobre trabalho docente de diversas formas: discute-se a diversificação dos estabelecimentos, objetivando a expansão dos sistemas de ensino com contenção nos gastos públicos; a implementação de contratos de trabalho mais ágeis e econômicos, como “temporários”, “precários”, “substitutos”. Com relação à descentralização gerencial é abordado que os parâmetros educacionais são definidos por um núcleo estratégico, mas com descentralização da gestão administrativa, e assim se camufla a heteronomia do trabalho docente. E por fim, são apontados os sistemas avaliativos que discorrem sobre a subordinação das instituições e docentes a rigorosos e múltiplos sistemas avaliativos, se destacando a utilização de avaliações gerenciais, que abrangem o controle do sistema educativo.

Para este artigo, utilizamos os 5 temas apresentados por Mancebo (2007) para categorizar e analisar as produções (teses e dissertações) resultantes do levantamento realizado nos repositórios.

No quadro 1 estão localizadas todas as publicações que compõem o conjunto de trabalhos analisados neste estudo. Nele, as informações estão organizadas por autor e período da publicação, título, instituição e tipo das publicações.

**Quadro 1 - LEVANTAMENTO DAS TESES E DISSERTAÇÕES 2008-2018**

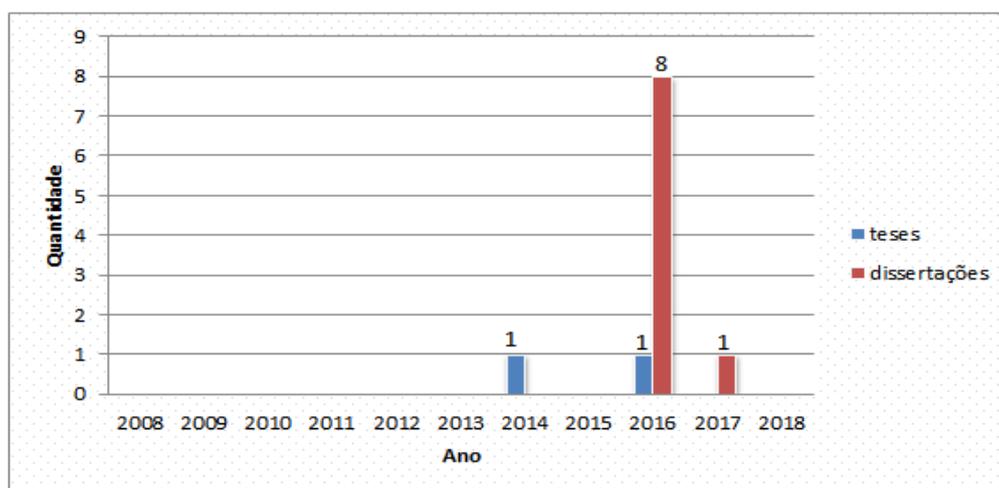
| AUTOR/ANO         | TÍTULO  | UNIVERSIDADE/TIPO |
|-------------------|---|-------------------|
| RIBEIRO (2014)    | A Jornada de Trabalho dos Professores da Escola Pública em Contexto de Políticas de Valorização Docente e Qualidade da Educação                                     | UFRGS/ T          |
| CASAGRANDE (2016) | Gestão Pública da Educação Paulista: a Carreira Docente e o Novo Ensino Médio   | UNESP/ D          |
| JARDIM (2016)     | O Trabalho Docente na Rede Estadual de Ensino no Estado de São Paulo  | UNICAMP/ T        |
| BREGENSK (2016)   | Trabalho Docente e Exame Nacional do Ensino Médio: tensões e dilemas  | UFES/ D           |
| BENEDET (2016)    | A Valorização Do Professor do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional: Desafios e Complexidades  | UNISUL/ D         |
| CABRAL (2016)     | O Trabalho Docente no Ensino Médio no Estado de Santa Catarina: Embates, Desafios e Possibilidades à Valorização dos Professores                                    | UNISUL/ D         |
| MARTINS (2016)    | Trabalho Docente e Políticas Educacionais: Um Estudo Sobre o Controle do Trabalho Docente na Rede Estadual de Ensino de Minas Gerais em Uberlândia a Partir de 2003 | UFU/ D            |
| BERGO (2016)      | Política de Bonificação Salarial no Estado de São Paulo: Desdobramentos para o Desenvolvimento Profissional e o Trabalho Docente                                    | UFSC/ D           |
| NÓBREGA (2016)    | Programa de modernização da gestão pública – metas para a educação: mudanças no trabalho docente e valorização profissional na rede estadual de Pernambuco          | UFPE/ D           |
| SANTOS (2016)     | Políticas de Avaliação Educacional no Estado de Pernambuco: contra números, há argumentos   | UFPE/ D           |
| TEIXEIRA (2017)   | Condições de trabalho docente e processo de implementação do programa de educação integral no ensino médio da rede estadual de Pernambuco                           | UFPE/ D           |

Fonte: Elaborado pelas autoras. Legenda: D – Dissertação. T - Tese.

Com relação à predominância das publicações e as suas repercussões sobre o trabalho docente, conforme gráfico 1, pudemos identificar que no período de 2008-2013 e no ano de 2015

não encontramos nenhuma produção. A temática começou a ganhar expressividade como objeto de estudos no ano de 2014, com a elaboração de 1 tese, já em 2016 há um crescimento vertiginoso, visto que grande parte das produções se localiza neste ano, totalizando 9 produções (1 tese e 8 dissertações). Em 2017, aparece 1 dissertação e em 2018 não identificamos nenhum trabalho. Nesse mapeamento das pesquisas identificamos uma predominância dos estudos em nível de mestrado com 82% das produções apresentadas.

**Gráfico 1 - QUANTITATIVO DE TESES E DISSERTAÇÕES 2008-2018**



Fonte: Elaborado pelas autoras

No que diz respeito às instituições de ensino superior que tem se debruçado sobre o tema, constatamos que a UFPE tem o maior número de publicações com 3 trabalhos, seguida pela Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL) com 2 dissertações, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), a Universidade Estadual Paulista (UNESP – Rio Claro), a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), a Universidade Federal de Uberlândia (UFU), a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) todas elas com apenas 1 publicação cada.

Como método de exposição dos resultados, primeiramente discorreremos sobre os trabalhos que abordam as implicações do Ensino Médio sobre o trabalho docente; em seguida, abordamos os trabalhos que deram ênfase ao Ensino Médio integral e as implicações sobre o trabalho docente e, por fim, apresentamos as produções do Estado de Pernambuco em torno do tema.

## ENSINO MÉDIO E TRABALHO DOCENTE

Segundo Almeida, Pimenta, Fusari (2021, p. 290), “nesta segunda década do século XXI assistimos ao avanço mercadológico das políticas alinhadas ao neoliberalismo [...]. Estão, assim, a ressuscitar o pragmatismo tecnicista que dominou a educação nos anos 70 do século passado”. Diante desse panorama e das temáticas mais recorrentes na literatura sobre trabalho docente, utilizamos a categorização realizada por Mancebo (2007).

No que tange à análise dos trabalhos utilizamos a seguinte disposição: na categoria Precarização do trabalho docente situamos as dissertações de Martins (2016) e Cabral (2016); na categoria Intensificação do regime de trabalho docente selecionamos a tese de Ribeiro (2014); na categoria Descentralização gerencial, temos a dissertação de Bergo (2016) e a tese Jardim (2016); e por fim, na categoria Sistemas avaliativos inserimos a dissertação de Bregenski (2016).

Sobre a categoria Precarização do trabalho docente, Martins (2016) destaca os impactos e as novas configurações que o trabalho docente vem assumindo após a implementação de políticas educacionais pautadas na racionalidade gerencial. Para isso, traz a contextualização da reestruturação ocorrida nos últimos anos na esfera educacional e no trabalho, face ao cenário de mundialização do capital. Os resultados mostram que a política tem se mostrado um eficiente instrumento de gestão e controle rígido sobre o trabalho docente (perda de autonomia), punitiva e gerando o adoecimento docente, na medida em que se sentem desmotivados, pressionados com o rígido controle sobre o seu trabalho, com baixos salários e uma política de valorização do magistério. Ademais, há um processo de intensificação e precarização do trabalho dos docentes.

Em relação a essa mesma temática, Cabral (2016) objetivou compreender os entraves, os desafios e as possibilidades de valorização dos profissionais da educação trazidos pelas políticas públicas educacionais relacionadas à formação inicial e continuada e condições de trabalho dos professores do Ensino Médio da rede estadual de ensino no Estado de Santa Catarina.

No que concerne à flexibilização da jornada de trabalho, demonstrou que, trabalhar em mais de uma escola, em três turnos, com muitos alunos de diferentes etapas da Educação Básica, é comum entre os docentes e muitos não permanecem na mesma escola por muito tempo, pois são contratados. Afirma também que o aumento da jornada de trabalho, a remuneração inadequada e as condições precárias de funcionamento das escolas médias estaduais desenham um cenário de crescente desvalorização docente. O estudo aponta os limites à valorização dos professores do Ensino Médio das escolas estaduais catarinenses e as possibilidades contidas na Lei nº 13.005/2014, relacionadas à escola média e à valorização dos professores.

Corroborando com os autores, Antunes e Pinto (2017) expõe que se faz necessário afirmar que no contexto de reorganização do modelo capitalista, a docência deve ser entendida enquanto prática social concreta, sofrendo implicações a partir dos rearranjos políticos e econômicos. Com isso, infere-se que a perda de autonomia e do controle do trabalho estão relacionadas a tais mudanças organizacionais e incidem diretamente no trabalho dos docentes por meio da responsabilização e aumento de tarefas ligadas à docência.

Com relação à categoria de Intensificação do regime de trabalho docente, destaca-se a tese de Ribeiro (2014) que refletiu sobre a jornada de trabalho dos professores de escolas públicas, a partir das políticas de valorização docente implementadas no Brasil e no estado de Mato Grosso. E também observou os problemas detectados em termos de organização, quantidade e qualidade das horas trabalhadas diretamente com os estudantes e as utilizadas nas atividades de planejamento, avaliação, preparo das aulas e formação continuada.

A autora chama atenção que a realidade do trabalho docente enseja problematizar a relação entre tempo de trabalho, identidade profissional e qualidade da educação (jornadas excessivas e seus efeitos negativos). A pesquisa concluiu que faltam estudos sobre as realidades

das jornadas de trabalho dos professores, quantidade do número de professores, número de vínculos empregatícios, quantidade de horas trabalhadas e alunos atendidos. Para ela, os dados oficiais são limitados com relação a essa questão, o que leva a uma imprecisão sobre os avanços do ordenamento jurídico.

Na categoria dos Sistemas avaliativos, a dissertação desenvolvida por Bregensk (2016) objetivou analisar a dinâmica do trabalho docente com a implantação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e das Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio e analisou as aproximações e/ou antagonismos existentes entre as matrizes de referência desses documentos para a política curricular vigente no Ensino Médio.

A pesquisa constatou a existência de uma nova dinâmica no Ensino Médio em relação ao trabalho docente e, ao mesmo tempo, revelou tensões e dilemas nas políticas educacionais do país a partir dos documentos que emergem das avaliações em larga escala, como instrumento de regulação utilizado pelo Estado Avaliador. Os resultados desta pesquisa indicaram que os docentes do ensino médio tiveram o seu trabalho intensificado com a implantação do “Novo Enem” em 2009. Ademais, enfatiza a prática de ranqueamento que tem conquistado espaço na comunidade escolar e na sociedade em geral.

Considerando a categoria Descentralização gerencial, analisamos os estudos de Bergo (2016) e Jardim (2016). A dissertação de Bergo (2016) buscou estudar a relação e os desdobramentos da política de bonificação salarial para o desenvolvimento profissional e o trabalho docente em São Paulo. Ele constatou que as políticas de bonificação estão atreladas a um movimento mundial, destacando-se países precursores como Estados Unidos e Inglaterra. Os resultados indicam o descontentamento dos docentes em relação ao desenvolvimento da política de bonificação, impactando negativamente no trabalho e desvalorizando-o em detrimento do alcance das metas do Índice de Desenvolvimento da Educação do estado de São Paulo.

Além disso, identificou uma sensação de perda da identidade e diminuição da autonomia dos docentes, em função dos novos papéis atribuídos à escola (ensino para teste) e aos professores. Ainda de acordo com a autora, essa perda se evidencia em relação ao seu saber e ao seu fazer, pois em função da padronização pedagógica, há um empobrecimento (fragmentação) curricular (ênfase em Matemática e Português) e modificação do trabalho docente a partir do uso de caderninhos ou apostilas, desconsiderando-se a legitimidade dos seus saberes específicos.

Por sua vez, a tese de Jardim (2016) procurou compreender a partir das reformas educacionais das décadas de 1990 e 2000, alguns aspectos sobre a situação do trabalho dos professores de escolas da rede Estadual de ensino no estado de São Paulo. Considerando-se as ações da Secretaria de Educação do estado em um contexto de desafios colocados para a educação pelas mudanças no capitalismo e nos paradigmas de gestão.

O gerencialismo adotado como modelo de gestão de instituições públicas, tem contribuído para a instauração de práticas comuns ao setor privado e empresarial que são transportadas inadvertidamente para o setor público, atingindo diretamente as políticas educacionais. Essas práticas têm contribuído muito para que a escola, os trabalhadores da educação e os alunos sejam penalizados no que se refere às condições de trabalho e à qualidade do ensino que recebem, uma

vez que os docentes são reduzidos a meros cumpridores de ações emanadas dos núcleos centralizados em que se tomam as decisões mais importantes.

Assim, os trabalhadores docentes se tornam indispensáveis para a mediação de uma situação caracterizada pela redução de investimentos públicos na educação, condições de trabalho precárias e cobrança de resultados positivos; podemos citar também as novas formas de regulação e organização do trabalho, as quais são caracterizadas pelo predomínio de acordos mais flexíveis, pela baixa remuneração e perda de direitos sociais, fatores que contribuem para a contínua desvalorização e precarização do trabalho docente.

As produções que compõem a categoria descentralização gerencial foram realizadas no estado de São Paulo, destacando o trabalho de Jardim (2016) que avança na discussão, pois apresenta as estratégias utilizadas pelos professores para se manter na profissão apesar da precariedade que estão vivendo. Desta maneira, práticas como afastamentos, mudanças de escola, licenças e diminuição de aulas, são mecanismos utilizados pelos docentes para viabilizar uma sobrevivência na profissão.

No próximo tópico, elencamos os trabalhos relacionados à discussão do Trabalho docente nas escolas de Ensino Médio Integral e Integrado.

## **A RELAÇÃO ENTRE O TRABALHO DOCENTE E O ENSINO MÉDIO INTEGRAL**

Considerando a relação entre o Ensino médio Integral e o Trabalho docente, e dando sequência à categorização, esse tópico apresenta apenas trabalhos na categoria Descentralização gerencial, evidenciando as produções de Casagrande (2016) e de Benedet (2016).

A tese de Casagrande (2016) trata da questão da carreira docente, que envolve o modo como está organizado o processo de trabalho do magistério, no que diz respeito à remuneração, formação inicial e continuada, condições de trabalho e progressão funcional. Os resultados indicam a existência de dificuldades para promover a valorização do trabalho docente e a implantação do projeto Escola Estadual de Ensino Médio de Período Integral (EPI), instituído pela Lei Complementar nº 1.164/2012, e alterada pela Lei Complementar nº 1.191/2012.

De acordo com a autora, podem ser identificados alguns avanços em relação à remuneração e à dedicação exclusiva, mas há ainda mais responsabilização individual e intensificação do trabalho docente, possivelmente, devido à política que dá suporte ao modelo assentar-se na gestão de resultados, ligada à noção de Qualidade Total. No entanto, destaca que apesar de reconhecer a intensificação do trabalho docente e sua precarização, sobretudo com as políticas de responsabilização, não se acredita em desprofissionalização docente, ou seja, a precarização do trabalho docente não é tratada como sinônimo de desprofissionalização docente.

De acordo com Kuenzer (2021), o processo de precarização do trabalho docente vem sendo intensificado através dos recentes ajustes jurídico-normativos, tais como a Lei nº 13.429/2017 e a Lei 13.467/2017, que serviram, como um “corolário do regime de acumulação flexível, institucionalizando a precarização como categoria orgânica à exploração do trabalho pelo capital” (KUENZER, 2021, p. 243). A autora explica que esses ajustes significaram a terceirização de atividade fim e a extensão dos prazos dos contratos temporários. Tais fatores adicionam maior

flexibilização, terceirização e outros fenômenos tais como “pejotização” e “uberização” aos processos de precarização do trabalho docente.

Casagrande (2016) ainda aponta que o esvaziamento da valorização docente, rumo às políticas de responsabilização estão norteados por alguns documentos elaborados por organismos internacionais, sobretudo a partir da década de 1990, como o Programa de Reformas Educacionais na América Latina que surge a partir do Projeto Principal de Educação para a América Latina e Caribe (PROMEDLAC), subordinada à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

Outro importante trabalho é a dissertação de Benedet (2016) que teve por objetivo compreender os desafios e as complexidades para a valorização do professor do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional. Destacando-se às questões de formação, carreira-remuneração e condições de trabalho que permeiam os docentes e os enfrentamentos no exercício de suas práticas laborais, tendo como local a escola pública estadual de Santa Catarina. Ao serem analisadas as condições de trabalho dos professores do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional (EMIEP), da rede estadual de Santa Catarina, identificou-se a ausência de infraestrutura adequada para a realização da prática docente e a clareza da sua importância para o processo de ensino/aprendizagem.

Além disso, a remuneração inadequada e a jornada de trabalho intensificada vão na contramão do proposto pela Lei Nacional do Piso do Magistério, promulgada através da Lei nº 11.738 de 2008, que instituiu o piso salarial dos professores da Educação Básica das escolas públicas brasileiras, implementação do plano de cargo, carreira e remuneração que valorizem efetivamente os profissionais da educação básica. Quanto aos contratos de trabalho dos professores, é possível verificar que os de caráter temporário são expressivos na rede estadual de Santa Catarina e a intensificação se expressa através da ampliação da jornada de trabalho (muitas horas, várias turmas, mais de uma escola).

Essas produções analisadas nos levaram a refletir sobre os limites em promover um processo de valorização do trabalhador docente, visto que há um avanço nos modelos de gestão por resultados, sustentado pelo modelo de Qualidade Total da Educação, que tem se pautado fortemente na responsabilização individual e na intensificação do trabalho docente. Por fim, é importante enfatizar o movimento de proletarização do trabalho docente, uma vez que ao longo dos anos o docente vem perdendo o poder de decidir sobre seu trabalho e o resultado do mesmo. Na realidade, isso ocorre em consequência de um processo de engessamento desse trabalho, através da definição das disciplinas, da adoção de programas e livros didáticos, e submissão às normas das avaliações externas (nacionais e estaduais).

## **TRABALHO DOCENTE E O ENSINO MÉDIO INTEGRAL EM PERNAMBUCO**

Investigar as produções sobre o Estado de Pernambuco, realizadas a partir das reformas educacionais da última década, se justifica pelo fato deste ser usado como modelo na adoção de diversas políticas e programas na área educacional, e utilização de parcerias com instituições público-privadas para sua implementação.

Com base no nosso objetivo e dando sequência à categorização, nesse tópico abordaremos 3 dissertações: o trabalho de Nóbrega (2016) localizado na categoria Descentralização gerencial a dissertação de Santos (2016) na categoria Sistemas avaliativos e a dissertação de Teixeira (2017) nas categorias Intensificação do regime de trabalho e Precarização do Trabalho docente.

Neste sentido, destaca-se o trabalho de Nóbrega (2016) que foi desenvolvido no programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu); e os trabalhos de Santos (2016) e Teixeira (2017) foram desenvolvidos no Programa de Pós-Graduação em Educação Contemporânea (PPGEDUC) e estão localizadas também como pesquisas desenvolvidas pelo *Grupo Gestor - Pesquisa em Gestão de Educação e Políticas de Tempo Livre*, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

No tocante a categoria descentralização gerencial, está localizada a dissertação de Nóbrega (2016) que teve como objetivo geral analisar o Programa de Modernização da Gestão Pública – Metas para Educação (PMGP-ME), buscando compreender o discurso da modernização da gestão e suas repercussões para o trabalho docente e para a valorização profissional nas escolas estaduais de Pernambuco. Conforme a autora o PMGP-ME adota o discurso de uma gestão gerencial que pressupõe uma concepção de trabalho docente pautado por uma prática de aumento do trabalho, estabelecimento de metas, cobrança de resultados, apontando para a intensificação do trabalho docente, de modo que o mesmo passa a ser interpelado por esse tipo de discurso gerencialista. Nesse modelo de gestão, os profissionais são levados a ajustar-se a esta lógica. Para tanto, o Estado conta com a regulação, por meio do monitoramento, avaliação anual e incentivo financeiro para os profissionais.

Na categoria Sistemas avaliativos, situamos a dissertação de Santos (2016), que foi desenvolvida tendo como objetivo geral avaliar o impacto das políticas de avaliação educacional para a melhoria da qualidade da educação, segundo a visão dos sujeitos envolvidos no processo educacional, no contexto da Rede Estadual de Ensino de Pernambuco.

Com relação ao trabalho docente, a autora concluiu que a política de responsabilização implantada no Estado expressa, de forma cruel, a intensificação e precarização do trabalho docente (aumento das tarefas), adoecimento docente devido ao trabalho (depressão, Síndrome de *Burnout*, Lesão por Esforço Repetitivo), falseamento de resultados nas avaliações externas, estreitamento curricular e precarização no processo de ensino e aprendizagem dos jovens pernambucanos, excluindo possibilidades de promoção de uma educação de qualidade.

E nas categorias Intensificação do regime de trabalho e Precarização do trabalho docente, sinalizamos a dissertação de Teixeira (2017), que teve como objetivo geral avaliar as condições de trabalho docente envolvidas no processo de implementação da política de educação integral em Pernambuco. Nessa pesquisa identificou-se o forte discurso dos mecanismos de responsabilização, justificado pelos resultados das avaliações externas e pela política de ranqueamento educacional brasileiro. Ainda revelou que Pernambuco utiliza o Bônus por Desempenho da Educação – BDE (política própria) como um dispositivo de estímulo para o trabalho docente, medindo o sucesso e o fracasso das escolas e conseqüentemente gratificando ou punindo aqueles que não alcançam as metas estabelecidas; com isso, aumentam as pressões físicas e psicológicas para que os docentes apresentem resultados exitosos.

Por fim, o estudo comprovou que o PEI não oferece condições de trabalho suficientes para garantir a implementação de uma educação integral na Rede Estadual, apontando que aquilo que os documentos oficiais anunciam não é a realidade vivenciada pela maioria das EREMs, pois o Estado não garante as condições legais, reforçando a precarização do trabalho.

As pesquisas de Santos (2016) e Teixeira (2017) permitiram compreender as mudanças promovidas no sistema educacional de Pernambuco e o papel do empresariado na promoção dessas reformas. Além disso, têm identificado questões referentes às condições de trabalho dos docentes que atuam nas escolas de Educação Integral. Esses estudos tratam das condições de trabalho docente, sobretudo a partir da reestruturação produtiva do mundo do trabalho e dos contextos das relações sociais de produção sob a égide do capital, suas implicações no campo produtivo e desdobramentos das políticas neoliberais no país.

As políticas educacionais em Pernambuco estão pautadas nos pressupostos dos reformadores empresariais da educação com uma perspectiva gerencialista, neoprodutivista e neotecnicista de gestão, e têm como resposta um intenso processo de responsabilização, bem como a precarização e a intensificação do trabalho dos docentes (SILVA e SILVA, 2016). Além disso, os estudos recentes de Adrião *et al* (2018) apontam que a dimensão do currículo é a que mais sofre com a influência dos atores privados ao considerarmos a rede Estadual de ensino de Pernambuco.

Nesse mesmo sentido, Silva e Silva (2017), afirmam que existe um processo de precarização do trabalho docente no Brasil, caracterizado pela desvalorização da profissão docente e no caso de Pernambuco, “essa situação é bem pior, visto que os salários estão muito defasados, inclusive comparando-os com redes municipais de ensino do próprio estado” (p. 245). Os autores enfatizam também que, no Brasil de hoje, o contexto do trabalho docente é marcado por uma política educacional neoliberal, gerencialista, fundada na avaliação por resultados e ênfase no processo de *accountability*/responsabilização.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através dessa pesquisa é possível afirmar que existe um processo de precarização do trabalho docente no Brasil que se caracteriza pela desqualificação e desvalorização da profissão docente, fruto da adoção de políticas de cunho neoliberal, combinada à reestruturação produtiva do capital. Esse contexto de reformas trouxe transformações que marcaram a educação, levando-se à diminuição das garantias legais e à precarização dos trabalhadores docentes.

Esses estudos mostraram que há uma tendência crescente nos municípios e estados brasileiros de adotarem a política de gestão por resultados. Além disso, apresentam que as políticas educacionais estão pautadas nos pressupostos dos reformadores empresariais da educação, fundamentado no gerencialismo, na responsabilização (*accountability*), na precarização e na intensificação do trabalho docente no Brasil e em Pernambuco.

No tocante às condições de trabalho docente, percebe-se que há um processo de degradação, que vem se expressando por meio da flexibilização nas formas de contratação, baixos salários, aumento da jornada de trabalho, aumento das doenças profissionais e sofrimento psíquico

e emocional. Somado a isso, inseridos na política de responsabilização, e na busca de atingir as metas nas avaliações externas, os docentes têm sofrido com cobranças e pressões, do poder público e da sociedade.

Vale ressaltar, que a literatura referente ao universo do Ensino Médio integral e trabalho docente nesses programas de pós-graduação ainda é um campo em construção no que se refere às discussões sobre as implicações das reformas educacionais realizadas nos últimos anos e o trabalho docente (condições, intensificação e precarização do trabalho).

## REFERÊNCIAS

1. ADRIÃO, Thereza; DRABACH, Nadia; SILVA, Fabio Cesarini da; LOPES, Nicanor; SILVA, Daiane. Privatização na rede estadual de ensino de Pernambuco: atores privados e programas de ensino médio integral (2005-2015). In: GARCIA, Teise; ADRIÃO, Theresa (orgs). **Currículo, Gestão e Oferta da Educação Básica Brasileira: incidências de atores privados nos sistemas estaduais (2005-2015)**. Curitiba: Editora CRV, 2018. cap. 8, p. 121-158 DOI 10.24824/978854442873.3.
2. ALMEIDA, Maria Isabel de; PIMENTA, Selma Garrido; FUSARI, José Cerchi. Socialização, profissionalização e trabalho dos professores iniciantes. In: MAGALHÃES, Jonas [et al]. **Trabalho Docente sob Fogo Cruzado**. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2021. cap. 12, p. 270-298.
3. ANTUNES, Ricardo; PINTO, Geraldo Augusto. **A Fábrica de Educação: da especialização taylorista à flexibilização toyotista**. São Paulo: Cortez, 2017.
4. BENEDET, Giovana. **A Valorização do Professor do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional: desafios e complexidades**. 2016. 97p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade do Sul de Santa Catarina: Tubarão, 2016.
5. BENITTES, Valéria Lima Andrioni. **A Política de Ensino Médio no Estado de Pernambuco: um Protótipo de Gestão da Educação em Tempo Integral**. 2014. 120p. Dissertação (Mestrado em Educação Contemporânea) - Programa de Pós-Graduação em Educação Contemporânea, Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru, 2014.
6. BERGO, Luisa Foppa. **Política de Bonificação Salarial no Estado de São Paulo: Desdobramentos para o desenvolvimento Profissional e o Trabalho Docente**. 2016. 116p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação Em Educação, Universidade Federal de São Carlos, 2016.

7. BREGENSK, Kênya Maquarte Gumes. **Trabalho Docente e Exame Nacional do Ensino Médio: tensões e dilemas**. 2016. 228p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.
8. CABRAL, Enadir da Silva. **O Trabalho Docente no Ensino Médio no Estado de Santa Catarina: Embates, desafios e Possibilidades à Valorização dos Professores**. 2016. 84p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Curso de Pós Graduação em Educação, Universidade do Sul de Santa Catarina: Tubarão, 2016.
9. CASAGRANDE, Ana Lara. **Gestão Pública da Educação Paulista: a Carreira Docente e o Novo Ensino Médio**. 2016. 285p. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Rio Claro, 2016.
10. DUTRA, Paulo. **Educação Integral no Estado de Pernambuco: uma política pública para o Ensino Médio**. Recife: Editora UFPE, 2014.
11. DUTRA, Paulo Fernando de Vasconcelos; SOUZA, Edilson Fernandes de. Educação Integral e Profissional no Estado de Pernambuco: formas distintas de ofertas. **Revista Brasileira do Ensino Médio**. vol 3, p. 60-73. 2020. Disponível em: <https://phprbraem.com.br/ojs/index.php/RBRAEM/article/view/40/26>. Acesso em: 20 jun. 2020. DOI: <http://doi.org/10.5281/zenodo.3698555>.
12. GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar Projetos de Pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.
13. JARDIM, Karolina da Silva Miranda. **O Trabalho Docente na Rede Estadual de Ensino no Estado de São Paulo**. 2016. 174p. Tese (Doutorado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação, Estadual de Campinas: Campinas, 2016.
14. KRAWCZYK, Nora. Ensino Médio: Empresários dão as cartas na escola pública. **Rev. Educação e Sociedade**, Campinas, v. 35, n. 126, p. 21-41, jan./mar. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v35n126/02.pdf>. Acesso em: 15 set. 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302014000100002>.
15. KUENZER, Acacia Zeneida. A precarização do trabalho docente: o ajuste normativo encerrando o ciclo. MAGALHÃES, Jonas [et al]. **Trabalho docente sob fogo cruzado**. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2021. cap.10, p. 235-250.
16. MANCEBO, Deise. Agenda de Pesquisa e Opções Teórico-metodológicas nas Investigações sobre Trabalho Docente. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 28, n. 99, p. 466-482, maio/ago. 2007 Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v28n99/a09v2899.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302007000200009>.

17. MARTINS, Elizeth. Rezende. **Trabalho Docente e Políticas Educacionais: Um Estudo sobre o Controle do Trabalho Docente na Rede Estadual de Ensino de Minas Gerais em Uberlândia a Partir de 2003.** 2016. 111p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós Graduação em Educação da Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais, 2016.
18. NÓBREGA, Simone Andrade. **Programa de modernização da gestão pública – metas para a educação: mudanças no trabalho docente e valorização profissional na rede estadual de Pernambuco.** 2016. 145p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Federal de Pernambuco: Recife, 2016.
19. OLIVEIRA, Dalila Andrade. O ataque ao trabalho docente na chamada sociedade do conhecimento. MAGALHÃES, Jonas [et al]. **Trabalho docente sob fogo cruzado.** Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2021. cap. 11, p. 251-269.
20. OLIVEIRA, Ramon de. O Ensino Médio e a Inserção Juvenil no Mercado de Trabalho. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 16 n. 1, p. 79-98, jan./abr. 2018. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S1981-77462018000100079&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1981-77462018000100079&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt). Acesso em: 21 jan. 2020. <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00116>.
21. PERNAMBUCO. **Lei Complementar nº 125, de julho de 2008.** Disponível em: <https://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?tiponorma=2&numero=125&complemento=0&ano=2008&tipo=&url=>. Acesso em: 21 jan.2020.
22. RIBEIRO, Josete Maria Cangussú. **A Jornada de Trabalho dos Professores da Escola Pública em Contexto de Políticas de Valorização Docente e Qualidade da Educação.** 2014. 265p. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, 2014.
23. RIBEIRO, Maria Edilene da Silva; CHAVES, Vera Lúcia Jacob. Gestão Educacional: modelos e práticas. **ANPAE**, 2012. Disponível em: [https://anpae.org.br/iberoamericano2012/Trabalhos/MariaEdilenedaSilvaRibeiro\\_GT7.pdf](https://anpae.org.br/iberoamericano2012/Trabalhos/MariaEdilenedaSilvaRibeiro_GT7.pdf). Acesso em: 20 jan. 2020.
24. SANTOS, Maria Lucivânia Souza dos. **Políticas de Avaliação Educacional no Estado de Pernambuco: Contra Números, Há Argumentos!** 2016. 207p. Dissertação (Mestrado em Educação Contemporânea) - Programa de Pós-Graduação em Educação Contemporânea, Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru, 2016.

25. SILVA, Katharine Ninive Pinto; SILVA, Jamerson Antonio de Almeida da. Política de Avaliação e Programa de Educação Integral no Ensino Médio da Rede Estadual de Pernambuco: os limites da centralidade da avaliação nas políticas educacionais. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, p. 736-756, v. 11, n. 3, set./dez. 2016 Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa>. Acesso: 20 jan. 2020.
26. SILVA, Katharine Ninive Pinto; SILVA, Jamerson Antonio de Almeida da. Trabalho docente e educação integrada nas escolas técnicas estaduais de Pernambuco. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, v. 33, n. 65, p. 237-247, jul./set. 2017. Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/educar/article/view/49328/33241>. Acesso em: 21 jan. 2020.
27. TEIXEIRA, Pedro Henrique de Melo. **Condições de Trabalho Docente e Processo de Implementação do Programa de Educação Integral no Ensino Médio da Rede Estadual de Pernambuco**. 2017. 274p. Dissertação (Mestrado em Educação Contemporânea) - Programa de Pós-Graduação em Educação Contemporânea, Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru, 2017.

### Thamyrys Fernanda Cândido de Lima

Mestra em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco (PPGEdu/UFPE); Doutoranda em Educação pelo PPGEdu/UFPE, bolsista da Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (FACEPE). Integrante do Grupo de Pesquisa Gestor – Pesquisa em Gestão da Educação e Políticas do Tempo Livre (UFPE).

### Katharine Ninive Pinto Silva

Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia; Vice-líder do Grupo GESTOR – Pesquisa em Gestão da Educação e Políticas do Tempo Livre e professora da Universidade Federal de Pernambuco, atuando como membro permanente do quadro de professores do Programa de Pós-Graduação em Educação/ Centro de Educação/ Universidade Federal de Pernambuco (PPGEdu/UFPE).

### Como citar este documento:

LIMA, Thamyrys Fernanda Cândido de; SILVA, Katharine Ninive Pinto. ENSINO MÉDIO INTEGRAL E TRABALHO DOCENTE: A PRODUÇÃO CIENTÍFICA EM REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS. **Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 29, n. 3, p. 10-25, set. 2021. ISSN 1982-9949. Acesso em: \_\_\_\_\_. doi: 10.17058/rea.v29i3.16181.